



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

O MOVIMENTO MESSIÂNICO E A GUERRA DO CONTESTADO

Autores:

Geraldo Máximo de Oliveira - Universidade Regional de Blumenau - geraldomaximo@gmail.com
Marilda Rosa Galvão Checcucci Gonçalves da Silva - Universidade Regional de Blumenau -
marildacheccucci@hotmail.com

Resumo:

O movimento messiânico teve vários expoentes, dentre eles: João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho. A rigor eram homens simples, de devoção católica, benzedores, que receitavam remédios e faziam profecias. Os Monges percorram várias cidades catarinenses. O messianismo surgiu como uma tábua de salvação para as pessoas que se encontravam a margem da sociedade, desassistidas pelo Estado, pela Igreja, relegadas a própria sorte. A Guerra do Contestado (1912-1916) resultou entre outros fatores da disputa pelo território entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, interessados na ampliação do seu território e no aumento dos tributos sobre as atividades agrícolas e de exportação da erva-mate.

TÍTULO DO ARTIGO

Os caminhos do Profeta São João Maria

A Guerra do Contestado foi um acontecimento resultante de múltiplos fatores: culturais, econômicos, sociais, políticos e religioso. Dentre eles pode-se destacar inicialmente a disputa pelo território. As terras contestadas eram formadas por imensas florestas de araucárias, grandes áreas de pastagens naturais para a criação de gado bovino, exploração de madeira e extração de erva-mate que se tornou o produto de exportação mais importante a época e o comércio de gado entre o sul e o sudeste suscitaram a criação de povoados. De acordo com Auras (1995, p. 25) mais tarde se tornaram em cidades servindo de pouso para os tropeiros conduzirem o gado até o seu destino. A origem do termo remete a disputa da região entre os dois estados, que tinham interesses na ampliação dos seus territórios, aumento da carga tributária sobre as atividades agrícolas, indústrias e sobre as exportações. O Contestado é o nome dado, a questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná (AURAS, 1995, p. 25).

O território contestado e a formação do seu povo no lado catarinense se constituía, “numa área de aproximadamente 28 mil km² se deu por indivíduos oriundos de regiões diferentes daquelas que forneceram aos povoadores do litoral” (AURAS, 1995, p. 24). As densas florestas de araucárias, a serra geral e os habitantes originários da população indígena *Xokleng*, representavam “obstáculos a serem vencidos pelos povoadores e, dessa forma, contribuíram para justificar a longa separação entre as duas grandes unidades geográficas catarinenses - a região litorânea e a região planáltica (AURAS, 1995, p. 24)”. A Floresta de Araucária recobria uma região que “era praticamente desabitada, com suas vilas, povoados e fazendas ligados entre si por estreitos e sinuosos caminhos, quase todos abertos pelos tropeiros, que cortavam a mata densa e os verdes campos” (THOMÉ, 1999, p. 10). Eram povoados dispersos e praticamente isolados das capitais do Paraná e de Santa Catarina.

Distante das duas capitais, Curitiba e Florianópolis, esta região teve um vagaroso ritmo de desenvolvimento, a ocupação desta área se deu inicialmente por indígenas, seguida de missões jesuíticas e dos bandeirantes paulistas que abriram a rota Rio Grande do Sul até Sorocaba em São Paulo, que ficou mais conhecida como o Caminho das Tropas¹ ou como observou Monteiro (1974, p. 19) “a estrada das tropas, foi sendo conquistada a duras penas, num processo que durou mais de cem anos, todo o grande território que abrange a área em questão”. As margens do Caminho das Tropas foram se estabelecendo póvoas, que eram pequenos povoados que mais tarde deram início as cidades e tiveram um papel importante para a ocupação nesse território. O desenvolvimento da região se deu pela ocupação do território, por atividades de pecuária, extração de recursos naturais e algumas culturas agrícolas. A terra foi ocupada com a criação de vilas que mais tarde se tornariam cidades:

¹ A Estrada das Tropas, o Caminho do Sul, A Rota dos Sertões para Viamão - que muitos foram os nomes que tomou - constituiu o principal vínculo a unir o Extremo Sul ao centro do Brasil. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 23.

“A fundação de Lages² a mando de Morgado de Mateus, então governador da Província de São Paulo que incumbiu Antônio Correia Pinto que em 22 de novembro de 1766, se instalou nestas terras para combater as invasões dos índios das Missões Castelhanas e das expedições espanholas”. (QUEIROZ, 1977, p. 25).

Nesta empreitada Antônio Correia Pinto conciliou seus interesses particulares com as benesses do Estado, para tanto, recebeu o direito de escravizar os índios, explorar as terras e ocupar o território. A exploração dos recursos naturais teve na extração da erva-mate uma das suas maiores fontes de renda. A erva-mate³ era vendida na Província de São Paulo, na Comarca de Curitiba, no Rio Grande do Sul e boa parte da produção era exportada. A agricultura praticada na região era afetada pelo rigoroso clima do inverno, o cultivo se restringia ao milho, feijão, mandioca, arroz, abóbora, melancia e banana. Do plantio do milho resultavam outros produtos como fubá, canjica, quirera e farinha de milho moídos e socados no pilão (QUEIROZ, 1977, p. 36). As roças eram cultivadas após a derrubada e queimada das árvores para permitir a abertura de clareiras na mata. O sistema de plantio era chamado de *pixiru*⁴. A organização social da época era baseada no coronelismo. O coronel⁵ era o chefe político local, recebia ajuda dos outros coronéis e do Governo do Estado, baseado na troca de favores mútuos e com carta branca para governar o município (QUEIROZ, 1977, p. 43). Os coronéis mantinham a prática do compadrio, onde as pessoas os procuravam para batizar seus filhos, estabelecendo vínculos de amizade, respeito, proteção e dependência.

O CABOCLO

A população da região contestada foi formada por habitantes de diversas origens, dentre elas destaca-se o homem caboclo. Sua formação era composta pela união de diversas etnias, segundo Thomé (1992, p. 19) o caboclo era uma mistura, uma miscigenação que abrangia, “o branco (lusitano ou castelhano), o índio (Tupi-Guarani, *Kaigang* e *Xokleng*), o negro (escravo africano), o mameluco (da mesclagem do branco com o índio), o cafuso (descendente do cruzamento do negro com índio) e o mulato (mestiço branco e negro)”, o resultado desta mistura seria a figura inconfundível do sertanejo, caipira, acanhado, lento no pensar e no falar, bastante místico, homem desconfiado (THOMÉ, 1992, p. 20). A definição do

² Em 1820, a cidade de Lages deixou de fazer parte de São Paulo e passou a integrar a Capitania de Santa Catarina. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 26.

³ A erva-mate era colhida na densa floresta de araucárias, passava por um processo de desidratação que incluía as etapas de sapeco, secagem (feita no carijó ou no barbaquá), quebramento, peneiramento e ensaque nas bruacas para serem transportadas nos lombos das mulas. Vinhas de. **Messianismo e Conflito social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 33-34.

⁴ *Pixiru* é uma forma de trabalho voluntário e cooperativo entre vizinhos. QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1977, p. 37.

⁵ O título de Coronel, nesta época era obtido de duas formas: a primeira era entrando para a carreira militar na Guarda Nacional criada no tempo do Império em 1831, onde o cargo máximo era o de Coronel da Guarda. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1948, p 20; e a segunda era comprando a patente de “coronel”, arcando com os custos para a manutenção das armas e do exército particular. A renda mínima para se tornar “coronel” era de 200 mil réis na cidade ou de 100 mil réis no campo. MAURÍCIO, Gilead. **Morte ao caboclo**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013, p. 131.

caboclo em sentido sociológico é abordada por Martins & Welter (2006, p. 140) como uma categoria relacional, contribuindo para tanto a sua condição de existência aliada a uma cosmovisão construída ancestralmente no espaço rural/sertanejo, mas não limitada a ele.

A literatura tem designado o caboclo como um contingente importante na ocupação de parte do território catarinense. A definição do termo empregada em diversas regiões do país, na perspectiva antropológica “busca-se via de regra apresentar o caboclo como um tipo humano constituído a partir de um longo processo miscigenatório (MARTINS & WELTER, 2006, p. 140)”. Esse contingente de pessoas que se estabeleceu em terras catarinenses, terras devolutas da União, eram oriundos de diversas regiões e remanescentes de conflitos armados anteriores a Guerra do Contestado (Martins & Welter, 2006, p. 140). Soma-se a eles os trabalhadores que abandonados ao final da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que foram se apossando das terras devolutas, desenvolvendo atividades agrícolas de subsistência, trabalhando nas grandes fazendas de criação de gado na região ou explorando de forma extrativistas os recursos naturais em especial a madeira e a erva mate.

Nas narrativas de Locks (1998, p. 59) há indicação que tanto o uso popular, quanto a conceituação acadêmica do termo caboclo, foi utilizada erroneamente ou pelo menos de forma inadequada. Afirma que “a categoria caboclo, serve para destacar tipos regionais de sul ao norte do país (LOCKS, 1998, p. 59)”. O caboclo do Contestado era identificado pelo seu modo agir e o seu jeito de falar, sujeito da lida, trabalhava em diversas frentes, de acordo com Thomé (1992, p. 21) ele era “criador, lavrador, caçador, peão, agregado, mateiro, serrador, lenhador... seu mundo era a família, seu universo a terra”. De hábitos simples, morava em pequenos ranchos de tábuas ou em casas construídas de palha e barro com janelas de madeira e tramas nas portas. Era místico e religioso, cultivava as tradições dos antepassados e devotos de São João Maria (Thomé, 1992, p. 22). Utilizava o saber tradicional formador da sua cultura popular compostas por aspectos espirituais e materiais.

Permeada das influências indígenas, dos caipiras paulistas, do gaúcho dos pampas, dos povos luso-espanhóis, foi construindo o seu conjunto de tradições, costumes e crenças (Thomé, 1992, p. 33). A medicina era praticada a partir dos conhecimentos dos negros e dos indígenas, com a utilização de chás, ervas, farinha de mandioca cozida, sebo de carneiro para a cura dos males. Em relação a religiosidade os caboclos eram devotos de Santo Antônio, São João, São Pedro, São Sebastião e mantinham uma devoção por São João Maria beatificado entre a população.

AS TERRAS CONTESTADAS E A FERROVIA

As disputas no território catarinense remontam a época anterior ao descobrimento do Brasil, com os limites meridionais entre Portugal e Espanha. Teve início com a assinatura do Tratado de Tordesilhas em 1494⁶. Depois o: Tratado de Madri em 1750; Tratado do Pardo em 1761; Tratado de Santo Ildefonso em 1777 e o Tratado de Badajoz em 1801 (Bittencourt, 2012, p. 18). Na época do Império, a discussão persistiu com a disputa entre o Brasil e a Argentina. Primeiro com a Questão de Palmas que envolveu os limites territoriais (1881 a 1895). Segundo

⁶ Também conhecido como Capitulação da Partição do Mar Oceano. BITTENCOURT, Adegar. **Adeotado vancê é o nosso “urtimo” chefe**. (Guerra do Contestado, uma visão holística). Joaçaba: Ed. do autor, 2012.

com a Questão dos Limites entre o Paraná e Santa Catarina (1853 a 1917) e terceiro a tentativa da criação do Estado das Missões no período de 1910 a 1917 (THOMÉ, 1992, p. 60). O Presidente Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943, criou o Território do Iguaçu com terras do Oeste de Santa Catarina e do Sudoeste do Paraná, cuja capital seria Foz do Iguaçu. Ato extinto na constituinte de 1946 (BITTENCOURT, 2012, p. 20).

Esta questão foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), em ação ajuizada pelos catarinenses em 1900. Em 1904 Santa Catarina teve ganho de causa. O Paraná recorreu e o processo se estendeu até 1909 com nova decisão favorável a Santa Catarina. O Paraná interpõe novo recurso em 1910 sem obter êxito. O Paraná recorreu mais uma vez em 1913, perdendo novamente. A ocupação das terras se deu por duas maneiras, pela posse e por sesmarias. Os primeiros posseiros foram famílias que vieram para a região em razão da abertura do Caminho das Tropas, também se estabeleceram na região portugueses, espanhóis, mamelucos descendentes destes que ocuparam as terras devolutas do Império, além dos índios que já habitavam a região. A concessão de “terras devolutas a Antônio Correia Pinto, sob a forma de sesmarias, medindo até três léguas quadradas ou 129 milhões de metros quadrados aproximadamente” (THOMÉ, 1992, p. 29).

A discussão sobre o domínio das terras contestadas suscitou a questão dos limites, que sempre fora tratada a partir dos interesses locais que se expandiam conforme a economia da região se desenvolvia, tanto no período do Império, quanto na Primeira República. Se, no Império, o aparelhamento arrecadador de impostos estava, predominantemente, a serviço do governo central, tratava-se de um dispositivo “caquético e enferrujado” que possibilitava a mais ampla sonegação. Na República, passa-se para a situação na qual o lançamento e a cobrança de impostos tornam-se armas políticas à disposição das oligarquias estaduais, sendo por isso necessário refinar os instrumentos administrativos correspondentes. Além do mais, configuram-se as condições nas quais a autoridade arrecadadora não era um poder central distante, mas um poder municipal e um poder estadual muito próximos, tanto em termos físicos, quanto sócias e políticos (MONTEIRO, 1974, p. 26).

Com a queda da Monarquia e ascensão da República houve um período de transição uma nova ordem institucional demorou a chegar em várias regiões, principalmente no longínquo sertão catarinense. Para Monteiro (1974, p. 26) o “Poder central transferiu o controle das terras devolutas - instrumento poderoso de domínio público - no Segundo Império, pertencia ao governo central, transferindo-se, na República, para o âmbito estadual”. O Plano de Viação do Império previu a construção da estrada de ferro. Em 1889 os técnicos apresentaram o relatório de trabalho com o traçado de 1.400 km, que iria rasgar vastas porções férteis de terras devolutas abundantes em ervais e árvores fornecedoras de madeira, sobressaindo pela quantidade, o pinheiro (AURAS, 1995, p. 35). A concessão da empresa norte-americana *Brazil Railway Company* vinculada ao Sindicato *Farquhar* (MONTEIRO, 1974, p. 31) gerou a desapropriação de imensas áreas desencadeando um grave conflito social.

A construção da ferrovia se deu por razões estratégicas, a primeira foi a necessidade de interligar as regiões produtoras de café no sudeste com núcleos urbanos da região sul. A segunda era uma questão de segurança nacional em função do aumento de tensão nas relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina (AURAS, 1995, p. 35). Em 1889 o engenheiro João Teixeira Soares requereu a concessão para a construção da estrada de ferro São Paulo-

Rio Grande, que foi dada por D. Pedro II com o Decreto nº 10.432 de 09 de setembro de 1889 e retificada pelo Decreto nº 305 de 07 de abril de 1890. Em 1906, *Percival Farquhar* adquiriu a concessão para a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, tendo concluído a obra em 1910. A quantidade estimada de trabalhadores nesta obra varia de 8 a 10 mil pessoas oriundas das regiões urbanas do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife que após o término da construção da ferrovia não retornaram aos seus lugares de origem (AURAS, 1995, p. 38).

A extensão da estrada de ferro era de 883 km e a *Brazil Railway Company* teve direito a uma área de 15.894 km², que era o total de quilômetros da ferrovia multiplicado por 18 (Thomé, 1983, p. 147). Sendo 511 quilômetros do trecho em território paranaense e 372 em Santa Catarina, na região contestada. No início da construção da estrada de ferro os posseiros que ocupavam a região e que não possuíam títulos de propriedade foram expulsos, “ao mesmo tempo em que dizimava a cobertura florestal da região, a *Brazil Railway* investia sobre os posseiros que ocupavam sua área de concessão (SANTOS, 2000, p. 17)”. Em 1911 “a *Southern Brazil Lumber and Colonization Co*⁷., subsidiária da *Brazil Railway*, compra 180 mil hectares de terra em área de jurisdição contestada (MONTEIRO, 1974, p. 31). Com a expulsão dos posseiros e dos antigos moradores criou-se uma legião de pessoas desalentadas, sem chão a abandonadas pelo Estado, receosas de tudo, apegadas a sua fé e largadas a própria sorte.

A GUERRA DO CONTESTADO

De acordo com Thomé (1992, p.77) “a guerra ocorreu num determinado lugar (hoje Centro-Oeste de Santa Catarina) e em época delimitada no tempo histórico (de 1912 a 1916)”. E foi provocada por diversos fatores: o messianismo, a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, a devastação dos pinhais pela serraria *Lumber*⁸, a expulsão dos sertanejos das terras devolutas, o contingente de trabalhadores abandonados após a construção da ferrovia, o conflito entre os catarinenses e paranaenses pela posse do território, a questão dos limites ajuizada junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), a administração da área contestada pelo governo do Paraná, o fim da monarquia, o início da república e a ausência dos serviços básicos do Estado na região. A guerra teve início em 22 de outubro de 1912 com o enfrentamento entre um contingente de 400 homens da Polícia Militar paranaense contra um grupo de caboclos em Irani (THOMÉ, 1992, p. 84).

O sentimento contrário a república se deu em função das mudanças nas leis sobre a ocupação das terras devolutas. No tempo do império as terras pertenciam ao governo central

⁷ A *Southern Brazil Lumber and Colonization Co*, foi fundada em Miami (EUA) em 1909, era uma subsidiária da *Brazil Railway Company*, tinha por objetivo desenvolver serviços de colonização das terras ao longo da estrada de ferro, para explorar os grandes pinheirais existentes na região. Instalou na cidade de Três Barras o maior complexo industrial de exploração madeireira da América do Sul. Depois de expulsar os posseiros das terras adquiridas, e depois de extrair a parte mais valiosa das madeiras, a *Lumber* executaria a segunda etapa de sua finalidade, vendendo gradativamente os terrenos a imigrantes. (Thomé, 1992, p. 57)

⁸ A empresa *Brasil Railway Company* cria uma subsidiária, a *Southern Brazil Lumber and Colonization*, em 1913, que funda duas enormes serrarias - uma em Três Barras (SC), com 180 mil hectares e outra em Calmon (SC), abrangendo uma área de 52 mil hectares. A primeira explorava a araucária para a exportação, e a segunda fabricava dormentes para a estrada de ferro e madeira para a construção de casas para a empresa. A serraria de Três Barras cortava 300m³ de madeira por dia, tornando-se a maior serraria da América do Sul. (SERPA, 1999, p. 17)

e vigorava o princípio do *uti possidetis*⁹, no período republicano aos estados que possuíam o domínio sobre estas terras.

De acordo com Tonon (2010, p. 28) “a prática dos preceitos religiosos populares dos sertanejos, fortalecidos com as pregações dos monges induz os sertanejos a empreender uma ação política”. Esta ação desafiava os princípios de mundo dominante. Para combater os caboclos e os posseiros expulsos pela *Lumber*, o Estado arregimentou um contingente do Exército formado por aproximadamente oito mil homens, integrantes de batalhões vindo da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (THOMÉ, 1992, p. 95). Moura registra que “em 1910, o efetivo do Exército era de 24.877 homens, insuficiente para a defesa de nossas fronteiras. A cavalaria era de má qualidade e insuficiente; o armamento e o equipamento, longe de atenderem às necessidades; as viaturas insuficientes (MOURA, 2013, p. 289)”. Segundo Thomé (1986, p. 36) as tropas do Exército eram formadas pela Infantaria, Cavalaria, Engenharia e Artilharia.

Foi utilizado pela primeira no Brasil aviões¹⁰ para reconhecimento da região do Contestado, das cinco aeronaves disponibilizadas, duas foram consumidas em um incêndio nos vagões de transporte especial (THOMÉ, 1986, p. 47). A aeronave *Morane-Sualner* Para-Sol, pilotada pelo militar Ricardo Kirk, era o único avião da esquadrilha do 58º Batalhão de Caçadores adaptado para o bombardeio aéreo. Esse avião caiu no dia 25 de fevereiro de 1915, em voo teste de reconhecimento no município de União da Vitória no Paraná, o piloto saiu ileso (THOMÉ, 1986, p. 53). No dia 1º de março de 1915, Ricardo João Kirk pilotando o aeroplano modelo *Morane-Sualner*, biplace, motor *Le Rhône* de 80 HP, sofreu o segundo acidente ao bater em uma árvore em terras que hoje pertencem a cidade de General Carneiro/PR, sendo a primeira vítima da aviação militar brasileira (THOMÉ, 1986, p. 63). Este acidente foi o marco do uso da aviação brasileira em uma guerra.

A população de sertanejos, fazendeiros e demais habitantes da região era estimada em aproximadamente vinte mil pessoas (THOMÉ, 1986, p. 35). O “Exército Encantado¹¹”, unia sob a cruz verde da bandeira branca quase dez mil pessoas armadas, composto por homens, velhos, crianças e mulheres. Este contingente de pessoas abrangia criadores, peões, lavradores e centenas de trabalhadores abandonados após a construção da estrada de ferro (THOMÉ, 1986, p. 35). Em relação ao número de óbitos “calcula-se que os mortos no conflito tenham chegado a 9 mil pessoas, sendo a maioria caboclos (WEHLING, 2013, p. 13)”. No entanto, esses números são estimados, e não raro encontra-se na literatura autores que falam

⁹ *Uti possidetis* - é um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. Lei do Império nº 601, de 18 de setembro de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas do Império e ficou mais conhecida como a “Lei das Terras”.

¹⁰ O 58º Batalhão de Caçadores era composto por cinco aparelhos: um *Morane-Sualnier*, biplace, com 16 metros de superfície, motor *Le Rhône* de 80 HP, capacidade de voo de sete horas, pintado de azul; um *Morane-Sualner*, monoplance, com motor *Gnome* de 50 HP; e um *Blériot-Sit*, também com 16 metros de profundidade, biplace, capacidade para seis horas de voo, motor de 80 HP, pintado de branco; dois *Morane-Sualner*, um *Para-Sol* de 90 HP e um biplace de 60 HP). THOMÉ, Nilson. A aviação militar no Contestado. Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe: Caçador, 1986, p. 58.

¹¹ O Exército Encantado de São Sebastião foi uma ideia difundida na ressurreição de José Maria, enterrado em cova rasa e com umas tábuas por cima. Posteriormente, esse imaginário da ressurreição foi reelaborado e ampliado - agora todo aquele que morresse em luta “passaria” para o outro lado, compondo o Exército Encantado de São Sebastião, que era comandado por José Maria. Difundem a ideia de que ninguém morreria em Irani; todos “passaram”. Reelaboraram a ideia de morte. (Serpa, 1999, p. 27)

em uma quantidade maior de mortos que varia entre oito mil até vinte mil pessoas dependendo da fonte consultada. Segundo a escritora e historiadora Blumenauense Urda Alice Klueger

“De 1912 e 1916, conseguimos matar milhares de pessoas, destruir milhares de casas, fazer sumir centenas ou milhares de propriedades e ver e permitir acontecer todo o tipo de atrocidade e crueldade que hoje se procura esconder sigilosamente, tudo em nome dele mesmo, do dito cujo que até hoje tanto se referencia nestas terras do Sul do Brasil, o mesmíssimo Deus Capital, que ainda hoje tem seus altares e tantos devotos nestas terras onde um dia cândidos monges curadores só precisavam de um pouco de água de uma fonte e da sombra de uma lapa ou de uma árvore para serem felizes e abençoarem a sua gente”. (KLUEGER. 2012, p. 303).

Muito além da questão social, da apropriação das terras por parte dos coronéis, e depois e pelas empresas estrangeiras, os impactos gerados neste processo afetaram também o meio ambiente. Há relatos sobre as modificações ambientais geradas por este tipo de política de desenvolvimento que

“Não só homens, mulheres e crianças sofreram os efeitos desta ação das empresas, mas o meio ambiente, como espaço de relações, passou a ser devastado. Cursos de rios foram modificados, a vegetação das margens dos rios e riachos foram devastada e enorme quantidade de árvores, como a araucária, foi derrubada, sem que houvesse a perspectiva do replantio. A fauna também sofreu a ação destruidora do homem, ação que foi devastadora em relação ao meio ambiente e, conseqüentemente, contra o próprio homem”. (SERPA, 1999, p. 17).

Após sucessivos embates entre as forças legais (Polícia Militar de Santa Catarina, Polícia Militar do Paraná, Exército Brasileiro composto por tropas de outros estados), travando uma guerra civil sangüinária em diversos locais. Além de Irani, ocorreram combates em Taquaruçu, Caraguatá, Caragoatá, Vila Nova de Timbó, Campo do Corisco, Papanduva, Itaiópolis, Rio Negro, Trombudo (região de Lebon Régis), Santa Maria dentre outros. A Guerra do Contestado terminou em julho de 1916 com a prisão de Adeodato Manuel Ramos. Em 20 de outubro de 1916, com a interveniência do Presidente da República Wenceslau Braz, foi assinado o “Acordo de Limites” pelos governadores Afonso Camargo do Paraná e Felipe Schmidt Santa Catarina, após três decisões anteriores do STF favoráveis ao estado catarinense (THOMÉ, 1992, p. 101). O acordo pôs fim a questão legal dos limites, no entanto, o povo continuou a ser ignorado e passou a temer a perseguição do Estado pelo flagelo da guerra.

O movimento messiânico

Houveram algumas coincidências fundamentais para desencadear o conflito entre os caboclos e os governos Federal, e dos estados do Paraná e de Santa Catarina. Uma destas coincidências foi a passagem do Profeta São João Maria na Região. O messianismo surge como

uma tábua de salvação para as pessoas que estavam a margem da sociedade, desassistidas pelo Estado e relegadas a própria sorte. Desta forma, o segundo eixo temático a ser descrito é o do movimento messiânico, que surge: em fase anterior a Guerra do Contestado, durante a guerra e em períodos subsequentes a ela. Dentro de um contexto de afloramento das tensões, da ausência do Estado e da Igreja nas regiões contestadas. O messianismo identificado na figura do Monge peregrino João Maria ganha força. Definido por Junior (2011, p. 29) o messianismo é um fenômeno religioso popular que recebeu seu nome da tradição judaico cristã, deriva-se do termo “messias” que em hebraico quer dizer “ungido”.

O antropólogo Carlos Alberto Steil (2018, p. 10) define em termos etimológicos a palavra *peregrinação*. Para ele, o termo destacado remonta ao vocábulo “latino *peregrinus*, que designa o estrangeiro, aquele que vive alhures e que não pertence à sociedade autóctone estabelecida, ou seja, é aquele que, pela força do prefixo, percorreu um espaço e, neste espaço, encontra o outro”. Enfatiza que a experiência da viagem por terras desconhecidas e inóspitas, carrega em si um traço de aventura e de heroísmo. Conduz a um entendimento de que se trata de pessoas com ideais libertários escolhidas por Deus para conduzir o povo que sofre com a situação imposta pelas classes dominantes, encontrando alento em suas palavras, práticas e ensinamento para guia-los no enfrentamento das agruras de um cotidiano tão difícil e sofrido quanto esquecido pelos governantes. Estas situações moldaram o caboclo para enfrentar e sobreviver aos obstáculos impostos pelo território que ocupavam.

O historiador Nilson Thomé descreve o messianismo como a crença religiosa da vinda de um “redentor”, que altera a ordem das coisas para haver mais justiça entre os homens (p. 68). Essa crença acompanha a humanidade há séculos e pode-se identificar que na região contestada o fenômeno do messianismo teve origem por volta de 1844 até o início da Guerra, se estendendo de forma menos intensa por outras localidades. O historiador descreve as características a serem observadas para determinar o movimento como sendo messiânico, ele deve estar baseado nas “propostas básicas da crença popular da volta do Messias, ou a vinda de um representante seu, a fim de proporcionar à sociedade a tão almejada paz e justiça social (THOMÉ, 1992, p. 69)”, estas características demandam a formação de um grupo em torno de um líder carismático que apresenta as propostas ao povo e do projeto da nova ordem social, sendo reconhecido pelos seus seguidores como o representante do salvador.

Cabe destacar inicialmente que os Profetas eram reconhecidos pelo povo como a ligação direta entre Deus e os homens aqui na terra. Eram autoridades morais e religiosas do caboclo, organizavam os povoados e peregrinavam pela região socorrendo aos que buscavam conforto e orientação “a pregação dos monges é messiânica porque se torna imperativo devolver aos espoliados a crença num devir libertador que depende da sua liderança para se concretizar (MOURA, 2013, p. 55). Para Salomão (2000, p. 69) “desde os meados do século XIX, o interior de Santa Catarina foi palco de uma série de movimentos messiânicos - a maior parte de caráter local e de pouca duração”. Os primeiros relatos do aparecimento do Profeta São João Maria datam do ano de 1844, final do século XIX início do século XX, e o seu desaparecimento em combate na Guerra do Contestado em 1912. Entretanto, há relatos de outros profetas em períodos subsequentes ao conflito em regiões diversas do Contestado.

O primeiro Profeta que apareceu na região foi João Maria de Agostini, se dizia que era de origem italiana e percorreu várias cidades do sul do Brasil no final do século XIX. O monge

peregrinou pelo Sul do Brasil entre 1855 a 1875, passando pelo território do Contestado. O segundo profeta foi João Maria de Jesus, dizia-se tratar de *Anastás Marcaf*. Para Thomé (1992, p. 71) um “ex-marinheiro cujo navio naufragou em frente a Buenos Aires e que para pagar promessa dedicou-se à peregrinação. Welter destaca que este Profeta teria origem síria e com características e trajetórias muito semelhantes ao primeiro (2007, p. 3). Os relatos de Hermann (2012, p. 65) dão conta do seu desaparecimento provavelmente em combate entre 1908 e 1910, antes, portanto do início do conflito. O terceiro Profeta se chamava Miguel Lucena de Boaventura e surgiu em 1911. Para Welter (2007, p. 3) “era um suposto irmão do Profeta São João Maria e se denominava José Maria”. Conta que este seria um ex-soldado do Exército ou da força policial do Paraná. José Maria morreu em combate na noite de 22 de outubro de 1912 na cidade de Irani, e só a partir de então foi elevado à categoria de monge.

Por um bom tempo o discurso oficial sobre a Guerra do Contestado abordou as questões sob o ponto de vista dos militares e das autoridades governamentais, até em Santa Catarina esta história era pouco conhecida e não fazia parte dos livros de história ou sequer era citada nas salas de aulas “cuidadosamente escondidos da grande maioria dos livros de História do Brasil, a Guerra do Contestado aconteceu quase que no quintal de nossas casas, e recentemente é que fomos conhecer o palco de tamanha tragédia (KLUEGER, 2012, p. 304)”. Até mesmo as obras de referência como *Os Errantes do Novo Século* de Duglas Teixeira Monteiro, *o Messianismo e Conflito Social* de Maurício Vinhas de Queiroz e *La “Guerre Sainte” au Brésil: le Mouvement messianique du “Contestado”* de Maria Isaura Pereira de Queiroz, descreveram o conflito de modo pormenorizada abordando-a em vários aspectos, porém não deram voz aos sobreviventes da guerra ou foram silentes quanto a estes importantes atores.

O Brasil que surgia com a república estava permeado por um discurso de modernização da sociedade marcado pela supremacia do capital, isto se refletia nas relações de trabalho com a introdução mão-de-obra livre e o fim do compadrio, a vinda do imigrantes alemães e italianos, a construção da estrada de ferro, a implantação da iluminação pública e da telefonia nas cidades, nos modos do povo a mesa com a utilização de garfos e facas nas refeições, o falar corretamente da língua portuguesa, a vida social organizada em clubes de dança, a observação das normas higiênicas, a reformulação das condutas e práticas religiosas agora sob o controle da Igreja Católica e dos padres estrangeiros que vieram substituir os nacionais que não se preocupavam com o caráter festivo das práticas religiosas caboclas e das orações contra o mau-olhado, contra ataques dos inimigos, sendo admitindo somente o Pai Nosso e a Ave Maria e, por último a rejeição aos profetas que eram considerados ignorantes (Serpa, 1999, p. 19).

Os monges profetas

O movimento messiânico em Santa Catarina teve vários expoentes, dentre eles se pode destacar: João Maria de Agostini, José Maria de Jesus e José Maria. Há muitas semelhanças entre os dois primeiros Monges, no entanto, o terceiro foi o único que lutou na Guerra do Contestado vindo a falecer na batalha do Irani em outubro de 1912. A rigor eram homens simples, de devoção católica, benzedores, receitavam remédios e faziam profecias. Eremitas, preferiam o silêncio e o isolamento a agitação e ajuntamento de povo. Carregavam consigo apenas o essencial para sobreviver e compartilhavam com os mais pobres o pouco

que tinham. Frequentemente eram interpelados pelos padres católicos defensores dos ensinamentos de um catolicismo ortodoxo que repeliam as práticas locais cultuadas pelos caboclos e instituídas pelos monges. Eram os guias de um povo abandonado pelo governo, expulso de suas terras por uma empresa estrangeira e perseguidos pelas forças policiais paraense e catarinense e pelo Exército.

Cada um dos três monges, a seu tempo e a seu modo, percorreram as cidades catarinenses do Planalto Norte, Planalto Serrano, Oeste e Meio Oeste, profetizando, entoando salmos, orações e escrevendo rezas, pernoitando em grutas ou locais próximos a fontes de água, recolhendo as cinzas da fogueira que os aquecia nas madrugadas frias para fazer remédios. Batizavam crianças em casa, receitavam chás de ervas da vassourinha do campo, plantavam cruces de cedro, faziam crucifixos de madeira, profetizavam a sua fé e mobilizam o povo em torno de suas ações e ensinamentos. O ajuntamento de pessoas em torno deles tinham por objetivo rezar em paz, profetizar a sua fé e encontrar alternativas para a vida sofrida nos sertões catarinenses. Eram um povo sem terra, sem casa, sem trabalho, sem os serviços básicos do Estado, mas que encontrava na fé a esperança e a força para acreditar e sonhar que através da mística uma outra vida melhor do que a vivida neste plano seria possível.

As práticas dos Monges Profeta ganhavam um contexto ainda maior, à medida que as notícias sobre a sua atuação se espalhavam pela região. Em alguns lugares não há como comprovar a sua passagem, entretanto, para as pessoas que residem nesses locais o encantamento ainda permanece encontrando base em alguns símbolos atribuídos ao Profeta ou reconhecidos como pertencentes a ele. Assim como o messianismo, a religiosidade do caboclo é uma das marcas da utopia do Contestado, atribuindo características simbólicas e místicas divergentes dos paradigmas doutrinários da religião oficial aceitos a época configurando uma simbologia própria de um catolicismo rústico praticado a época e, segundo Feitosa (2012, p. 291) “as religiões e a religiosidades formam, por meio do simbolismo, territorialidades que fundamentam as culturas de espiritualidades que se perpetuam num arranjo de tradição e inovação, dando respostas subjetivas às realidades vividas por tais seguidores”.

Para entender a religiosidade do caboclo deve-se superar a dicotomia entre o sagrado e profano. De acordo com Marcon (2008, p. 148) essa perspectiva “dificulta uma compreensão positiva e articulada tanto da religiosidade quanto das práticas sociais”. Prossegue o autor ao descrever as dimensões fundamentais entre as relações humanas e a natureza na religiosidade do caboclo, destaca que “enquanto a instituição Igreja defende os Dez Mandamentos da Lei de Deus, a tradição oral cabocla também reconhece a existência de mandamentos que ensinam como cuidar e respeitar a natureza, as pessoas e Deus (2008, p. 155)”. Esses ensinamentos na visão do autor foram essenciais para a sobrevivência do caboclo, sendo sistematizados a partir da pregação dos monges fundamentados na preservação da natureza, na lealdade das relações sociais, no cuidado com os animais, “são ensinamentos que permitem uma aproximação entre o universo simbólico-cultura dos caboclos com os monges (Marcon, 2008, p. 156)”.

Há relatos de sua passagem do Profeta São João Maria por outros estados brasileiros, teria entrado no Amazonas, passando por Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro,

Paraná, Rio Grande Sul além de Santa Catarina. Também existem relatos de que cruzou o Atlântico aportando em Caracas na Venezuela, tendo passado pelo Brasil, Paraguai, Argentina, Peru, Equador, Canadá e os Estados Unidos. Alguns autores que pesquisaram a sua trajetória o denominam como o Peregrino das Américas. Em Santa Catarina há relatos da passagem do Profeta São João Maria, José Maria de Jesus e José Maria de Agostinho pelas cidades de Mafra, Três Barras, Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Porto União, Timbó Grande, Calmon, Matos Costa, Caçador, Videira, Irani, Lebon Régis, Fraiburgo, Frei Rogério, Santa Cecília, Curitiba, São Cristóvão do Sul, São José do Cerrito, Abdon Batista, Campos Novos, Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Lages, Paineiras dentre outras

João Maria de Agostini

Muito se tem falado e pesquisado sobre João Maria, também era conhecido como o Monge de Botucaraí¹², descobridor das “águas santas” localizadas no município de Candelária no Rio Grande do Sul (Steil, 2004, p. 88). Há diferentes relatos em relação ao nome de João Maria de Agostini ou Agostinho (CABRAL, 1979, p. 108), Giovanni Ma de Agostini e Juan Maria de Agostini, Frei João Maria d’Agostinho (KARSBURG, 2013, p. 110), João Maria D’agostinis (Tonon (2010, p. 94), Monge do Campestre de Santa Maria; Eremita da Ilha do Arvoredo no litoral catarinense; Monge da Lapa; Monge de Tibagi; Monge João Maria de Agostini ou João Maria de Agostinho (Thomé, 1999, p. 27); Monge de Ipanema (CABRAL, 1979, p. 108); São João de Ipanema (Bittencourt, 2012, p. 48); Monge de Tanabí (CABRAL, 1979, p. 156). Santo Monge em Triunfo-RS; Monge de Cachoeira do Sul-RS (KARSBURG, 2013, p. 108).

Os registros de passagem pelas Américas de acordo com as narrativas estudadas relatam que o Monge João Maria de Agostini, vem da Itália e entra na América do Sul pela Venezuela. Atravessa a Amazônia e chega no Rio de Janeiro, vindo de Belém do Pará, passando por Pernambuco e Bahia. Entra em São Paulo pelo porto de Santos, vai a Sorocaba, passa pelo Paraná, Santa Catarina e depois rumo até o Rio Grande do Sul. Faz incursões pela região platina e retorna ao Rio Grande do Sul onde é preso e exilado no Rio de Janeiro. Volta ao Rio Grande do Sul, vai para Buenos Aires, passa pela Cordilheira dos Andes, Chile, Bolívia, Peru, México e Cuba. Reaparece na América Central, nas Antilhas, Cuba e vai para a América do Norte, passa pelo México, Canadá e por fim nos Estados Unidos, onde é encontrado morto em uma gruta na Montanha dos Órgãos no condado de Dona Ana próximo à Vila de *Las Cruces*¹³, no Novo México (KARSBURG, 2012, p. 103). Sendo este o fim do “Peregrino das Américas”.

João Maria nasceu em 1801, na região de Piemonte na Itália e sua vida pregressa é uma incógnita (CABRAL, 1979, p. 108). Consta o seu registro de entrada no Rio de Janeiro em 19 de agosto de 1844, vindo pelo Vapor Imperatriz, e assinou como Giovanni mã de Agostini e dizia se chamar Frei João Maria d’Agostini. De origem italiana, nasceu em Piemonte, solteiro e tinha quarenta e três anos e viera do Pará no vapor Imperatriz. Rumou para Sorocaba em

¹² Se refere a um monte de nome Botucaraí que fica em um cerro onde acontece as romarias de devotos do monge João Maria que, todos os anos, na Sexta-Feira da Paixão, acorrem ao Botucaraí para escalar o cerro em atitude de penitência e renovação da vida (Steil, 2004, p. 90).

¹³ No jornal *The Rio Grande Republican*, do dia 30 de junho de 1869, foi publicada a seguinte notícia: “Índios cometem depredações perto da vila de Las Cruces”, acrescentando a nota: “Abril, 29, eremita italiano é assinado nas Montanhas dos Órgãos, no condado de Dona Ana. (Karsburg, 2013, p. 116).

dezembro de 1844 (CABRAL, 1979, p. 108) onde se estabeleceu em uma quase gruta no morro Araçoiaba, que ficou conhecida posteriormente como Pedra Santa, junto à Fábrica de Ferro de Ipanema. Da mesma forma as descrições sobre a figura do monge o identificam como “de estatura baixa, de cor clara, tinha grisalhos os cabelos, pardos os olhos, regulares o nariz e a boca, a barba cerrada e o rosto comprido, aleijado de três dedos da mão esquerda (CABRAL, 1979, p. 109)”. Descrição semelhante encontra-se em (KARSBURG, 2013, p. 108) “estatura mediana, cor clara, cabelos grisalhos, olhos pardos, nariz regular, boca dita, barba cerrada, rosto comprido. Aleijado dos três dedos da mão esquerda”.

Como era um eremita-peregrino rumou para a antiga Vila do Príncipe hoje cidade da Lapa, passou por Tibagi e os campos gerais do Paraná (THOMÉ, 1999, p. 29). Desceu em direção ao sul não se sabe ao certo o caminho que tomou, alguns historiadores afirmam que fez o trajeto do Caminho das Tropas¹⁴, Cabral (1979, 113) descreve que “a sua passagem ficou assinalada no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Que caminhos teria tomado, não se sabe. Mas ele foi visto na Lapa, no Rio Negro, em Lages, no Botucaraí, em Santa Maria”. De acordo com Tonon (2010, p. 99) “por volta de 1846 [...] hospeda-se temporariamente em Lapa (Paraná), em Mafra, Papanduva, Monte Castelo e Lages (Santa Catarina) e Santa Maria (Rio Grande do Sul)”. Outros autores afirmam que ele que desceu via Paraguai, passando pela Argentina até o Uruguai. Entrou no Rio Grande do Sul nas Missões e foi até Santa Maria.

Não há um consenso sobre a data exata da chegada de João Maria de Agostini ao Rio Grande do Sul, acredita-se que foi em 1848 de acordo com os relatos de uma entrevista dele com o General Andréia que era até então o Presidente da Província gaúcha (CABRAL, 1979, p. 118). Preso em Botucaraí, João Maria foi enviado para Porto Alegre onde ficou detido até a chegada do vapor que o levaria deportado ao Rio de Janeiro onde permaneceu por pouco tempo, retornando ao seu abrigo em Sorocaba no retiro da Pedra Santa onde teria ficado até o ano de 1850, onde há relatos de sua passagem por Lapa no Paraná entre 1850 e 1853 (CABRAL, 1979, p. 130). Como em vários pontos de sua história, na descrição da sua prisão no Rio Grande do Sul há informações divergentes. De acordo com Karsburg (2013, p. 113) ele foi detido em 1848 e enviado para Santa Catarina, após o episódio das “Águas Santas” do Cerro Campestre, na Vila de Santa Maria da Boca do Monte. Era um local onde os enfermos buscavam a cura ao banhar-se nas águas de uma fonte medicinal no interior do Rio Grande do Sul.

Em 1851 há relatos da sua passagem pelos sertões paranaenses e catarinenses em Rio Negro, o tempo de sua permanência e os caminhos tomados a seguir são uma incógnita (CABRAL, 1979, p. 137). Na obra intitulada de Santa Cruz, o autor Otacílio Vieira da Costa descreve que em 1862 foi erguida em Lajes uma Cruz de Cedro no local que mais tarde deu origem a Igreja da Santa Cruz (1942, p. 6). Nos relatos de Cabral há a informação que João Maria de Agostini retorna a Sorocaba pela terceira vez em 1865 ou 1870 não se sabe ao certo, onde desaparece para sempre (1979, p. 139). As versões contadas sobre a morte do Monge de Ipanema são várias, dizem que teria sido atacado por um animal feroz ou por um desalmado, ou rumado para Araraquara, conforme um bilhete escrito. A impressão do monge João Maria de acordo com Cabral (1979, p. 107) era que ele foi um homem simples, foi bom e foi justo. Mais severo consigo mesmo do que para com o seu próximo. Assim surgem as lendas

¹⁴ PIAZZA, Walter Fernando. Santa Catarina: sua história. 1938, p. 586.

- e, por sinal, muitas vezes, as mais belas lendas de que a humanidade se faz depositária (CABRAL, 1979, p. 139).

Seus hábitos eram de um homem simples, vestia um hábito simples parecido com os dos Franciscanos, “era leigo, sem pertencimento a quaisquer ordens monásticas (KARSBURG, 2013, p. 113)”, dormia sobre uma tábua e alimentava-se de frutos, além de algumas dádivas dos sitiantes próximos (CABRAL, 1979, p. 109). Viviam isolado e evitava contatos mais íntimos com a comunidade (CABRAL, 1979, p. 113). Nos relatos de Cabral (1979, p. 133) “nada aceitava, salvo algumas ofertas de frutos e leite. Se lhe deixavam outros alimentos ou dinheiro, quando não recusava de imediato, distribui-os aos pobres logo depois”. Descrição semelhante é encontrada

“Agostini possuía habilidades manuais para fabricar rosários e crucifixos de madeira e chumbo, que eram trocados por alimentos e dinheiro para prosseguir peregrinando. Estudioso da natureza, aprendeu a combinar ervas, plantas, raízes e folhas com água de certas fontes para uso medicinal. Receitava chás e preparava unguentos para curar enfermos com problemas de pele. Ao se demorar nos lugares, o número de pessoas a procurá-lo aumentava sem que ele pudesse colocar obstáculos, e o povo já o via como “santo” capaz de realizar milagres, venerando-o e seguindo seus passos”. (KARSBURG, 2013, p. 119).

As práticas religiosas de João Maria de Agostini “era sobre coisas santas, entremeava-se de conselhos sobre preces e penitências, em tudo condizentes com os mandamentos da Igreja (CABRAL, 1979, p. 113)”. Pregava a palavra do evangelho e tinha devoção pelas virtudes da Igreja, “institui, então, uma devoção. Constrói uma ermida. Levanta - como timbre e testemunho da sua pessoa - as 14 cruzes do Calvário, e testemunho de sua pessoa - as 14 cruzes do Calvário, os 14 passos da Via Sacra, tal como fizera em Sorocaba (CABRAL, 1979, p. 124)”. as cruzes que levantava eram sempre de cedro, nunca de outra variedade de madeira (CABRAL, 1979, p. 136). Quando as cruzes brotavam, os caboclos interpretavam como um milagre (TONON, 2010, p. 93). Entoava os salmos e proferia suas preces, não desdenhava de assistir ao santo sacrifício da missa (CABRAL, 1979, p. 111). Anunciava as calamidades que haveriam de desabar sobre os ímpios e os maus.

De acordo com Karsburg (2013, p. 119) por onde andou deixou um legado com a criação de caminhos de vias-sacras e devoções ao culto de Santo Antão de Abade. Dentre as práticas e os rituais da religião dos antigos Welter destaca: o batismo não eclesial realizado em casa ou em outro local com a presença de familiares (2013, p. 132), a recomendação de almas, Reza do 2515 (2013, p. 137), os benzimentos de cura (2013, p. 139), o hábito de plantar a cruz de cedro (2013, p. 139). Os tratamentos terapêuticos relatam curas a partir “das milagrosas águas da fonte do Campestre, que curavam males, fama que se difundiu por todo o sul, excedendo ao próprio Rio Grande do Sul (CABRAL, 1979, p. 128)”. A fonte de água da Lapa também foi utilizada “para todas as enfermidades e para todas as queixas (CABRAL, 1979,

¹⁵ O ritual coletivo da Reza do 25 é realizado anualmente no dia 25 de março, coincidindo com o período da Quaresma (Welter, 2013, p. 137).

p. 139)”. A sua fama de curas milagrosas correu longe aumentando a fama sobre os poderes sobrenaturais do Monge (CABRAL, 1979, p. 133). Receitava remédios de erva (CABRAL, 1979, p. 135).

As lendas sobre João Maria e seus milagres dão conta de que certa vez ao construir a Santa Cruz como sinal de fé e para marcar sua passagem por Lages, retirou madeira das margens do Rio Cará. Para fixar os braços da cruz seriam necessários pregos grandes, então o Monge João Maria apontou para uma casa de madeira e disse “Ide lá. Encontreis uns cavalos encilhados e alguns homens jogando. Entrai e ponde a mão sobre a linha mestra, aos fundos e, aí encontreis um grande cravo (CABRAL, 1979, p. 138)”. E de fato, os homens foram a casa e encontraram os pregos. O Monge João Maria de Agostini

“passou sem ter feito qualquer coisa nociva. Antes, pelo contrário, pregou e praticou o bem. Evangelicamente dividiu o pouco que lhe davam com os mais necessitados. Para si o pouco era muito e quase nada bastava às suas necessidades. Alimentava-o a palavra de Deus. E mesmo esta a distribuiu àqueles que o procuravam”. (CABRAL, 1979, p. 143).

João Maria foi um dos protetores dos sertanejos. Viveu entre eles, que o conheceram cheio de virtudes, das virtudes que eles compreendiam. Dirigiu-lhes a palavra e deu-lhes remédios. Curou e aconselhou. As águas que ele abençoou e as ervas que recomendou, curaram. (CABRAL, 1979, p. 310). O circuito da fé pode não ter coincidido com o itinerário daquele que inspirou esta fé (KARSBURG, 2013, p. 113). Também há controvérsias sobre o seu desaparecimento, para Silveira (1909, p. 209) há a hipótese de ter terminado seus dias em Araraquara-SP; de acordo com Cabral (1960, p. 141) pairam dúvidas sobre a informação de Araraquara, pois nada consta nos registros a esse respeito.

João Maria de Jesus

O segundo Monge que surgiu no Contestado foi João Maria de Jesus, por volta de 1890 vindo da região das missões, plantando cruzes e que raramente passava por um lugar mais de uma vez (CABRAL, 1979, p. 147). Também conhecido como João Maria de Santo Agostinho (TONON, 2010, p. 108). Os registros de sua passagem pelas cidades¹⁶ de Lages (1892), União da Vitória (1896), Canoinhas, Capão Alto (1897), Curitibaanos (1900 a 1901). Há diferentes relatos em relação ao nome e origem de João Maria de Jesus, segundo Cabral (1979, p. 155) ele teria nascido no mar e se criado em Buenos Aires, se chamaria “*Anastás Marcaf*” de origem francesa (1979, p. 160). Para Tonon (2010, p. 108) “vários informantes, cronistas e memorialistas presumiram que a partir do nome e sotaque poderia ter origens diversas; sírio, francês, italiano ou espanhol”.

Da mesma forma as descrições sobre a figura do monge também são variadas¹⁷: de estatura mediana, loiro, de sotaque espanhol, olhos claros e vivos, nariz fortemente adunco, *cavaignac* fino, longos cabelos crespos, enxuto de carnes, as suas feições eram de um alemão

¹⁶ As cidades estão referenciadas nas páginas:150, 151, 152, 158, (Cabral, 1979).

¹⁷ Resumo das descrições das páginas: 150, 157, 166, 168 (Cabral, 1979).

ou italiano, alforje a tiracolo, uma chaleirinha e uma cuia para o chimarrão. Seus hábitos eram simples, como os de seu antecessor. “Se chega em uma casa, dão-lhe de comer, ele só aceita o que é mais frugal e em pequena quantidade, não dorme dentro das casas a não ser nas noites de chuva torrencial (CABRAL, 1979, p. 147)”. Não gosta de ser acompanhado por grupos, trazia consigo um crucifixo e algumas pequenas imagens de santos, não aceitava dinheiro, contentava-se quando lhe ofereciam alguma verdura, ou pedaço de queijo ou leite (CABRAL, 1979, p. 150). As práticas religiosas de João Maria de Jesus não eram as mesmas do João Maria de Agostini que guardava relação mais direta com o catolicismo.

Um exemplo disso era o batismo das crianças em casa (CABRAL, 1979, p. 162), que de acordo com os dogmas do cristianismo quando ausente um sacerdote é permitido aos leigos a prática do ritual do batismo (TONON, 2010, p. 110). De acordo com Tonon (2010, p. 91) João Maria de Jesus teria anunciado uma predição insana da chegada de uma praga de gafanhotos, que mais tarde foram associadas as serras da empresa *Brazil Railway Corporation* que ceifou as matas de araucárias da região. As suas ideias políticas eram influenciadas pela Revolução Federalista do Rio Grande do Sul, e não nutria simpatia pela república. Era um apreciador do regime monarquista (TONON, 2010, p. 107). Os tratamentos terapêuticos eram mais rudimentares, marcado por receituário de banhos de imersões em águas frias das fontes dos pousos e infusões de chá da vassourinha do campo, que até hoje é mais conhecida no planalto como “erva ou vassourinha de São João Maria” (CABRAL, 1979, p. 163).

Há relatos de que gostava do morro de Taió e afirmava que, finda a sua peregrinação, haveria de ir para lá (CABRAL, 1979, p. 167). “Um dia, como o seu antecessor, João Maria de Jesus também desapareceu. Corre a notícia de que se recolheu a um refúgio no morro do Taió - e lá teria morrido. Outra versão o dá como tendo partido para Mato Grosso, onde acabou seus dias (CABRAL, 1979, p. 172)”. De acordo com Bittencourt (2012, p. 69) “uns dizem que desapareceu em 1900; outros que foi encontrado semimorto numa linha férrea, próximo a Ponta Grossa, isso em 1907 ou 1908”. No sertão, no planalto, nos vales, nas coxilhas, todavia, São João Maria é um só (CABRAL, 1979, p. 164). Aliás, o santo não é João Maria de Agostini nem João Maria de Jesus. É, apenas, João Maria, São João Maria (CABRAL, 1979, p. 166).

José Maria de Santo Agostinho

O terceiro monge que surgiu no sertão catarinense e “fez-se passar por irmão do que até pouco vivera e tomou o nome de José Maria de Santo Agostinho (CABRAL, 1979, p.179)”. Os registros de sua passagem pelas cidades¹⁸ de Campos Novos, Curitibanos, Irani, Joaçaba. Diferente dos seus antecessores os relatos em relação ao verdadeiro nome dão conta que se chamava Miguel de Lucena de Boaventura e que, por volta de 1911, na cidade de Campos Novos, na localidade do Faxinal dos Padilhas deu continuidade à obra do seu antecessor. Conta que José Maria seria um ex-soldado do Exército ou um desertor da Força Policial do Paraná. (CABRAL, 1979, p.179). Da mesma forma as descrições sobre a figura do monge José Maria diziam que ele era “um homem bem nutrido, de ventre algo proeminente, de pernas sólidas, sentado, tendo um facão entre os joelhos. A barba cerrada, o olhar vivo, o nariz largo,

¹⁸ As cidades estão referenciadas nas páginas:180, 181, 183 (Cabral, 1979).

de ventas grandes, um pouco achatado, tem mais aspecto de um homem do nordeste do que das regiões sulinas (CABRAL, 1979, p.193)”.

Seus hábitos religiosos eram menos rigorosos que os dos seus antecessores, não gostava do isolamento, não se recolhia para conversar com o Criador, não fazia penitências. De acordo com Cabral (1979, p. 180) “a frugalidade, a continência, a caridade, que nos outros foram virtudes patentes, não eram o seu forte”. Com base na sua experiência militar organizou os acampamentos que os chamava de Quadros Santos (CABRAL, 1979, p.181). A sua guarda pessoal era formada por 24 sertanejos denominados de “Os Doze Pares de França”, inspirados nas Histórias de Carlos Magno (CABRAL, 1979, p.181). Os tratamentos terapêuticos eram compostos de receitas de remédios e de rezas terapêuticas, de acordo com Cabral (1979, p.188) eram “dados com remédios acertados e por isso o povo o procura”. José Maria faleceu em combate no dia 22 de outubro de 1912 na cidade de Irani, neste combate também faleceu o Coronel João Gualberto Gomes de Sá, comandante do Regimento de Segurança da Polícia do Paraná que fora destacado para aprisionar e dispersar o bando de armado de catarinenses que teria invadido o seu território (CABRAL, 1979, p.183).

Iniciando a luta no Contestado e para vingar a morte de José Maria, os seus herdeiros prometem vingança fazendo com que as profecias de seu antecessor se confirmassem quando dizia que “guerra viria” (CABRAL, 1979, p.186). Segundo Bittencourt (2012, p. 74) “foi enterrado em cova rasa com cobertura de costaneira para facilitar a ressurreição”. Essa crença na ressurreição do monge João Maria (ou João Maria de Jesus ou José Maria) sempre se estabeleceu no imaginário dos sertanejos, dos caboclos e dos habitantes da região do contestado ou das terras por onde eles passaram. Mesmo tendo decorridos mais de cem anos do conflito, a esperança, o encantamento, o culto, a devoção e a beatificação popular do Profeta São João Maria mantém vivo na memória do povo os seus ensinamentos e o saudosismo de tempo encantando onde o povo só queria viver na terra, com liberdade e tendo como senhor de suas vontades, além da sua crença em um catolicismo rústico permeado de práticas e rituais miscigenados por influências de outras culturas e do tempo que parecia não ceder aos clamores da nova ordem e do novo tempo.

REFERÊNCIAS

- AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla. 2ª ed. UFSC, 1995.
- BITTENCOURT, Adegar. Adeotado vancê é o nosso “urtimo” chefe. (Guerra do Contestado, uma visão holística). Joaçaba: Ed. do autor, 2012.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. A campanha do Contestado. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- FEITOSA, José Ricardo Teles. “Territorialidades simbólicas: o messianismo como marca da Guerra do Contestado” in: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil. Florianópolis: Insular, 2012.
- HERMANN, Jacqueline. “Messianismo e Sebastianismo no Brasil e no Contestado” in: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. (orgs). Nem

- fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.
- IUNSKOVSKI, Roberto. "O Contestado e a experiência sociorreligiosa de migrantes caboclos em Florianópolis" in: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs). A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: UFSC, 2008.
- JUNIOR, Jair de Almeida. A Religião Contestada. São Paulo: Fonte Editorial, 2011.
- KARSBURG, Alexandre de Oliveira. "O eremita do novo mundo: a odisséia de um monge peregrino na América católica do século XIX" in: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. (orgs). Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.
- KLUEGER, Urda Alice. "Contestado: três olhares diferentes nas populações que hoje ocupam as áreas da antiga guerra" in: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). Contestado em guerra: 100 anos do massacre insepulto do Brasil. Florianópolis: Insular, 2012.
- LOCKS, Geraldo Augusto. Identidade dos agricultores familiares brasileiros de São José do Cerrito-SC. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis: 1998.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado. Campinas: Unicamp, 2004.
- MARCON, Telmo. "Cultura e religiosidade: a influência dos monges do Contestado" in: ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs). A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado. Florianópolis: UFSC, 2008.
- MARTINS, Pedro & WELTER, Tânia. "Cultura cabocla: uma identidade cultural em construção no mundo rural. Revista dos pós-graduandos em ciências sociais. Unicamp: São Paulo. Ano 14. n. 27/28, 2006, p 139-153.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. Os errantes do novo século. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- OLIVEIRA, Susan Aparecida de. "Tramas entre memórias e imaginário colonial: as vidas de santos e os relatos sobre os monges do Contestado" in: VALENTINI, Delmir José; ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. (orgs). Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-2012). Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.
- MOURA, Margarida Maria. "Campesinato magia, religião e movimento social". in: WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César; MOURA, Aureliano Pinto de Moura; AXT, Gunter e SANCHES, Helen Crystine Corrêa (Orgs). 100 anos do Contestado: memória, história patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.
- MOURA, Aureliano Pinto. "O Exército Brasileiro e a insurreição do Contestado" in: WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César; MOURA, Aureliano Pinto de Moura; AXT, Gunter e

- SANCHES, Helen Crystine Corrêa (Orgs). 100 anos do Contestado: memória, história patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. La "Guerre Sainte" au Brésil: le Mouvement messianique du "Contestado". Boletim nº 187, Sociologia I, nº 5, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1957.
- _____. O campesinato brasileiro. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1976.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e Conflito Social. 2 ed. São Paulo: Ática, 1977.
- SALOMÃO, Cesar. Guerras Brasileiras e anuário do Brasil. Curitiba: Unificado, 2000.
- SANTOS, Coelho dos. Santa Catarina no Século XX. Organizador [et. al]. Florianópolis UFSC, 2000.
- SERPA, Élio Cantalício. A Guerra do Contestado (1912-1916). Florianópolis: UFSC, 1999.
- _____. Igreja e o poder em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1997.
- STEIL, Carlos Alberto. Horizonte. Belo Horizonte, v. 16, n. 49, p. 10-13, jan./abr. 2018.
- STEIL, Carlos Alberto. "Catolicismo memória no Rio Grande do Sul" in: STEIL, Carlos Alberto; GÓES, César (Orgs). Debates do NER – IFCH/UFRGS. Porto Alegre. Debates do NER, v. 5, n. 5, jan./jun. 2004.
- THOMÉ, Nilson. Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado. Florianópolis: Insular, 1999.
- _____. Sangue, suor e lágrimas no chão Contestado. Caçador: INCON Edições/UnC, 1992.
- _____. A aviação militar no Contestado. Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe: Caçador, 1986.
- _____. O trem de ferro: história da ferrovia no Contestado. 2ª ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- TONON, ELOY (Org). 2012 – Centenário do Movimento do Contestado. União da Vitória: Kaygangue, 2012.
- WEHLING, Arno. ZEFERINO, Augusto César; MOURA, Aureliano Pinto de Moura; AXT, Gunter e SANCHES, Helen Crystine Corrêa. "Cem anos do Contestado: Memória, história e patrimônio". in: WEHLING, Arno; ZEFERINO, Augusto César; MOURA, Aureliano Pinto de Moura; AXT, Gunter e SANCHES, Helen Crystine Corrêa (Orgs). 100 anos do Contestado: memória, história patrimônio. Florianópolis: MPSC, 2013.

WELTER, Tânia. O Profeta São João Maria continua encantando no meio do povo. Tese de Doutorado. UFSC. Florianópolis: 2007.